



**XVII ENANPUR**

SÃO PAULO • 2017



## **Processo de Urbanização e (Falta de) Responsabilidade Corporativa no Território: O Caso de Chapecó**

***Ivany Coeli Leal Coragem**<sup>1</sup>, Universidade Regional de Blumenau (FURB), [IvanyFades@yahoo.com.br](mailto:IvanyFades@yahoo.com.br)*

***Larissa Holler**<sup>2</sup>, Universidade Regional de Blumenau (FURB), [larissa.holler@gmail.com](mailto:larissa.holler@gmail.com)*

***Luciano França**<sup>3</sup>, Universidade Regional de Blumenau (FURB), [lmf.univ@gmail.com](mailto:lmf.univ@gmail.com)*

---

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, FURB.

<sup>2</sup> Mestranda no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, FURB.

<sup>3</sup> Doutorando no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, FURB.

## RESUMO

Partindo da hipótese de que os sistemas de aproveitamento da natureza estão submetidos à lógica do capital (maior lucro em menor tempo possível), gerando problemas a ponto da sociedade precisar refletir e reinventar o termo desenvolvimento, o presente artigo, mediante os pressupostos da pesquisa bibliográfica e exploratória, e alguns elementos do estudo de caso, propôs-se a resgatar um trabalho denominado *Espaço, Técnica e Tempo em Chapecó-SC*. (Pertile, 2007), que buscou compreender como ocorreu o processo de urbanização em Chapecó, para explicar o porquê de sua atual configuração espacial para refletir sobre a responsabilidade das ações dos empreendimentos locais, em relação aos impactos socio-ambientais no território, tendo como suporte os conceitos de desenvolvimento humano e do espaço urbano contemporâneo. A principal reflexão realizada evidencia a necessidade de se delinear organizações efetivamente comprometidas com as necessidades das pessoas.

**Palavras Chave:** espaço urbano; desenvolvimento humano; impacto no território

## ABSTRACT

Starting from the hypothesis that the systems of use of nature are submitted to the logic of capital (greater profit in the shortest possible time), generating problems to the point of society need to reflect and reinvent the term development, this article, through the presuppositions of bibliographical research And exploratory, and some elements of the case study, proposed to rescue a work called *Space, Technique and Weather in Chapecó-SC*. (Pertile, 2007), who sought to understand how the urbanization process took place in Chapecó, to explain the reason for its current spatial configuration to reflect on the responsibility of the actions of the local enterprises in relation to socio-environmental impacts in the Support the concepts of human development and contemporary urban space. The main reflection made evidences the need to delineate organizations that are effectively committed to the needs of the people.

**Keywords:** Urban space; human development; Impact on the territory

## INTRODUÇÃO

A constatação de que a forma que a sociedade moderna tem aplicado o conhecimento que adquiriu em relação a si mesma tanto no parâmetro social quanto no individual é consenso entre vários estudiosos, ou até mesmo não tão estudiosos, independente da área do conhecimento que atuam e da ideologia que representam ou deixam de representar. A unanimidade entre esses pensadores fundamenta-se em variadas razões, todas focando um único ponto: o conhecimento humano da forma como tem sido concebido, desenvolvido e aplicado não tem conseguido elevar a humanidade a patamares mínimos de dignidade. O estilo de desenvolvimento que o mundo moderno vem praticando gerou consequências bastante perturbadoras, dentre as quais se destacam o esgotamento dos recursos naturais e, principalmente, a exploração do homem pelo homem. Esses dois aspectos colocam novos desafios ao conhecimento científico e limitam o próprio homem, na medida em que ameaçam a sua sobrevivência enquanto espécie (BUARQUE, 1995).

O fato de vivermos num contexto social no qual as organizações formais, principalmente as de caráter econômico, exercem um papel importantíssimo no processo de socialização dos indivíduos, apresenta implicações de ordem ética e moral, uma vez que alguns pressupostos organizacionais vão literalmente de encontro a certas questões humanas fundamentais, como a liberdade e a criatividade, entre outras. Nessa perspectiva este estudo propõe uma reflexão sobre os desdobramentos dessas questões em relação à vida humana associada, especificamente no que se refere ao espaço urbano contemporâneo. Para cumprir essa proposição, em primeiro lugar faz-se uma explanação sobre algumas abordagens do desenvolvimento humano e seus principais pressupostos. Em seguida faz-se um resgate pontual do estudo que motivou o presente artigo (PERTILE, 2007). Após, direciona-se o foco para alguns conceitos importantes sobre o que está sendo entendido como responsabilidade social corporativa. Finalmente, a título de considerações finais apresenta-se as reflexões que emergiram a partir da discussão das abordagens referenciadas.

## O DESENVOLVIMENTO HUMANO

Os sistemas de aproveitamento da natureza da sociedade capitalista estão submetidos à lógica do capital (maior lucro em menor tempo possível), o que gerou diversos problemas ambientais a ponto de hoje a sociedade precisar refletir sobre a necessidade de definir um outro estilo de desenvolvimento, capaz de integrar de forma diferente o substrato natural com as necessidades humanas, evitando a degradação dos recursos e a própria destruição da possibilidade da existência humana.

Nessa perspectiva, um estudo sobre a questão habitacional brasileira a partir do exame da realidade recente, sobre as questões específicas do espaço, (Schweizer e Pizza Junior, 1997) já afirmava que a intimidade pessoal, as atividades produtivas e sociais e até mesmo as atividades políticas requerem para todo indivíduo ou comunidade um espaço próprio e adequado para viver e, assim, assegurar a diversidade dos grupos e instituições. Criticando as práticas especulativas da área habitacional voltadas à acumulação indiscriminada de lucros e bens, consideradas absolutamente normais e até valorizadas pelo mercado, mas que nunca foram vistas como adequadas ao convívio social em outros períodos históricos, o estudo em referência assinala que o surgimento da sociedade centrada no mercado é resultado de uma série de acontecimentos que têm origem na interpretação da natureza como um bem de uso, e na prevalência de iniciativas

peçoais dirigidas para a acumulação indiscriminada de riqueza, em detrimento de regras cívicas e de convivência. Essas críticas ainda são complementadas pelo argumento de que o fenômeno econômico, que sempre foi delimitado por um padrão cívico de vida em comum, passa a ser dominador, invertendo relações sociais e determinando relações políticas, criando as bases de um tipo de sociedade até então jamais existente (Schweizer e Pizza Junior, 1997 p.56).

Em relação à restauração da cidade subjetiva, Guatarri (1998) considera que o ser humano contemporâneo é fundamentalmente desterritorializado, ou seja, que os seus territórios etológicos originários (corpo, clã, aldeia, culto, corporação) não estão mais dispostos em um ponto preciso da terra, mas se incrustam, no essencial, em universos incorporais. O autor acredita que a subjetividade entrou no reino de um nomadismo generalizado, mas enfatiza bem o paradoxo:

Tudo circula: as músicas, os slogans publicitários, os turistas, os chips da informática, as filiais industriais e, ao mesmo tempo, tudo parece petrificar-se, permanecer no lugar, tanto as diferenças se esbatem entre as coisas, entre os homens e os estados de coisas. Assim, a subjetividade se encontra ameaçada de paralisia (Guatarri 1998, p. 169).

Para Guatarri (1998) a ruptura com a ameaça de paralisia pode se dar na reconstrução da relação particular com o cosmos e com a vida, através de uma “recomposição” do humano em sua singularidade individual e coletiva.

Sobre a pluralidade e a singularidade humana, Arendt (1999) manifesta o fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir. Já Chênlat (1996) concebe o homem como um ser fundamentalmente biopsicossocial, que aparece também profundamente ligado à natureza e à cultura que o envolve, e que ele transforma. Os dois autores rompem com o condicionamento e com as “técnicas de integração” do ser humano aos valores dos grupos e estabelecem novas bases de condição humana. É nítida a percepção, reforçada por Arendt (1999), de que a ciência moderna perdeu a noção, de que a condição humana se exerce na prática da ação, relegando-se o direcionamento ao exercício do comportamento. O agir, é próprio da condição humana, enquanto o comportar, se restringe ao seu lado social e físico. O crescimento e a constante aceitação das ciências do comportamento é um indicativo de que o paradigma capitalista se tornou o modelo para todas as esferas da vida humana associada (ARENDR, 1999, p.45).

Referindo-se às dimensões esquecidas no mundo do trabalho humano, Chênlat (1996) considera que o ser humano é único enquanto espécie e enquanto indivíduo. Na opinião desse autor, a fragmentação do saber em partes distintas – biologia, psicologia, psicologia social, psicanálise, sociologia, etc. não altera o fato de que quando se observa o *Homo humanus*, ele aparece como um todo, cujos diferentes elementos estão intimamente interligados, e a realidade humana quando observada neste nível, explica em certa medida porque em determinadas situações alguns se comportarão ou reagirão diferentemente no plano individual. O conformismo ou a revolta, a aceitação ou a crítica, a resistência ou a autodestruição têm suas raízes em grande parte no arcabouço biopsicossocial de cada um (Chênlat, 1996, p.36). Ou seja, o eu é indissociável da própria história, da própria experiência e das vivências. Em síntese, tanto Arendt (1999) como Chênlat (1996) referem-se a um ser que não pode ser analisado como um objeto inerte, um átomo ou uma molécula.

Referindo-se especificamente ao desenvolvimento, as abordagens de (BOISIER, 2001) e dos autores por ele citados apresentam para esse termo uma dimensão diferenciada, em cujo centro encontra-se o ser humano, sujeito e objeto dos benefícios alcançados ou deixados de alcançar

pelo desenvolvimento: de uma perspectiva globalizante e centralizada, o foco deslocou-se para as características territoriais, sociais, locais, culturais etc. O que é o humano? Quais são os valores de um desenvolvimento centrado no ser humano?

Entre os autores que criticam a visão essencialmente quantitativa atribuída ao termo desenvolvimento, encontra-se (MAX NEEF, 2012). Ao apresentar seu importantíssimo estudo sobre desenvolvimento à escala humana escreveu a seguinte frase: “Reflexões sobre uma nova perspectiva. Há algo a acrescentar ao que já foi dito? a partir daí ele tece considerações que se constituem na essência da sua proposta de uma metodologia avaliativa de desenvolvimento com base na satisfação (ou insatisfação) das necessidades humanas, individuais e grupais, que foi elaborada como alternativa às formas tradicionais de mensurar desenvolvimento mediante critérios essencialmente quantitativos.

Para justificar sua proposta, (MAX NEEF, 2012) resgata os principais espaços não preenchidos pelas concepções e métodos contidos nas abordagens tradicionais, as quais, na sua opinião, sempre acabam gerando processos de desumanização. O autor enfatiza que esta nova visão implica em criar condições para se conceituar desenvolvimento de uma nova forma, modificando as visões predominantes sobre as estratégias de desenvolvimento, entre as quais a de que a ordem econômica internacional não é significativa se não for apoiada localmente. Essa visão também reconhece que as teorias sociais e econômicas são incompletas e inadequadas e que a aplicação de modelos de desenvolvimento baseados em teorias e indicadores homogeneizadores só traz frustrações e decepções. (MAX NEEF, 2012).

Um Desenvolvimento à Escala Humana exige uma nova forma de interpretação da realidade, ou seja, perceber e avaliar as pessoas e seus processos numa perspectiva humana, e o desafio, é internalizar uma forma de conceber o desenvolvimento com base nas necessidades humanas, que deverão orientar nossas ações e expectativas (MAX-NEEF, 2012).

Após essa breve exposição do pensamento de alguns autores sobre os equívocos da sociedade capitalista contemporânea e sobre outra dimensão que pode servir de base à concepção do desenvolvimento dos espaços, passa-se à expor o trabalho de Pertile (2007), integralmente focado no território Chapecó.

## **ESPAÇO, TÉCNICA E TEMPO EM CHAPECÓ-SC (PERTILE, 2007)**

Tendo como suporte os conceitos e as teorias do espaço urbano contemporâneo e afirmando que é por meio dos processos espaciais que a sociedade expressa e materializa suas atividades nas cidades, (Pertile, 2007) busca explicar a atual configuração espacial da cidade de Chapecó-SC, mediante a compreensão dos marcos ocorridos na trajetória do seu processo de urbanização.

Assinalando que a comercialização do excedente da produção de milho e feijão, assim como a criação de suínos, possibilitaram aos comerciantes construir o capital inicial dos frigoríficos, que se destacaram historicamente como os primeiros agentes produtores do espaço urbano de Chapecó e região do entorno, ela afirma que nesse espaço ocorreu a “substituição de objetos naturais e culturais por objetos técnicos” (Pertile 2007, p. 158).

De acordo com a autora, a partir da década de 1940, Chapecó passou a experimentar importante dinâmica, principalmente no crescimento da população, ligada à colonização, ao surgimento e ampliação dos frigoríficos. Assim sendo, tornou-se bastante evidente que a agricultura

catarinense, para manter sua produção voltada ao mercado das grandes cidades e ao exterior, passou a utilizar tecnologias de ponta e modernos métodos de gestão subsidiados pelo Estado, demonstrando que se o aparato tecnológico por um lado abre as portas da modernização técnica, por outro significa a perda da autonomia.

Pertille (2007), expressa no estudo que as raízes da atual organização espacial interurbana de Chapecó, estão distantes do seu território, porque são consequência da produção especializada de suínos e aves em escala global, que até certo ponto justificam os investimentos que a cidade e a região recebem, criando uma interdependência circular: A região Oeste e o próprio município de Chapecó dependem da cidade que desempenha papel fundamental na representação dessa região na escala mundial (Pertile, 2007, pág. 163).

No que se refere ao desenho da cidade, na área central encontram-se as principais atividades comerciais, enquanto que as indústrias se localizam em áreas periféricas, sendo essa localização estratégica para o transporte de mercadoria entre as indústrias e produtores, e entre indústria e mercado consumidor extra local. Ela também observa que, nas proximidades das agroindústrias, surgiram pequenos e médios empreendimentos, para fabricar produtos ou serviços direcionados às grandes empresas.

Ainda ressaltando a influência histórica da produção econômica na cidade de Chapecó, o artigo afirma que a ocupação periférica com fins residenciais já se impôs como estratégia de moradia para a população de baixa renda, concluindo que as transformações no meio agrícola do Oeste catarinense contribuíram para expulsar para a periferia da cidade de Chapecó e de outros núcleos urbanos, os agricultores que não conseguiram sobreviver sob as condições impostas pelo capital agroindustrial. Ou seja, esses fatores demandaram que uma grande parcela da população fosse excluída do processo produtivo e da vida da cidade, na construção da qual desempenharam papel essencial (Pertile, 2007, pág. 164-168).

A autora enfatiza a presença e o papel do Estado na importante dinâmica populacional experienciada por Chapecó, mostrando que este investiu sobretudo no fornecimento de tecnologia de gestão e adequação da infraestrutura do território às exigências do capital. Assim, segundo a autora, o espaço urbano de Chapecó foi construído a partir do crescimento do setor agroindustrial, mas também com intervenção do Estado, “o que permitiu, aos poucos, projetar a cidade de Chapecó nas esferas nacional e mundial” (Pertille 2007, p. 168).

Sobre o espaço urbano de Chapecó, a autora faz afirmações bastante contundentes:

- Os sistemas técnicos característicos do período atual da cidade de Chapecó, buscam afirmar-se com mais força do que os precedentes, mas sua generalização não significa homogeneização: os processos de urbanização de Chapecó considerados anteriormente indústria, comércio e serviços definem uma divisão econômica: “é possível verificar que o espaço reflete a fragmentação social, também pela capacidade que cada grupo social tem de pagar pela residência que ocupa” (p. 170).
- É primordial lembrar que a localização da moradia, reflete a qualidade de vida de seus habitantes (p. 171)
- A segregação social e espacial não pode ser compreendida apenas pela diferenciação e pelo isolamento do habitat, mas principalmente, pelas dificuldades de ingressar no conjunto de tudo o que a cidade oferece. (p.174)

- Favorecidos e fortalecidos pela implementação de políticas públicas, os capitalistas das agroindústrias estruturaram o espaço urbano de Chapecó de maneira a favorecer a produção e a exploração das mercadorias para outros lugares (p. 174).
- O proclamado, buscado e construído crescimento econômico reflete-se em uma heterogeneidade no espaço urbano de Chapecó (p.175).

Como pode ser verificado, o estudo de Pertile (2007), aliado a outros estudos em outros espaços, propicia oportunidade de reflexão sobre o corpo de conceitos e métodos que constituem o universo do desenvolvimento regional, assim como evidencia as graves consequências de se aplicar o termo desenvolvimento indiscriminadamente, sem estabelecer as necessárias contextualizações e ponderações, incitando uma produção de conhecimento mais comprometida com o humano.

Passa-se agora a centralizar o foco deste estudo na denominada responsabilidade social das empresas a partir das observações de (PERTILE, 2007) sobre o território Chapecó.

## RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

A responsabilidade (ou a irresponsabilidade) das empresas, principalmente das grandes corporações, é um tema bastante discutido e controvertido, principalmente por ser colocado como agenda nos fóruns e encontros onde são debatidos problemas ambientais de todas as ordens. Isso posto, é compreensível que o reconhecimento e o enfrentamento dos problemas sociais constitua-se num desafio aos gestores de negócios. No caso brasileiro, o desafio é realmente uma responsabilidade, não só pela situação de desigualdade e injustiça, mas pela perpetuidade dessa situação.

Embora este estudo não tenha se proposto a discutir teoricamente a Responsabilidade Social Corporativa, a apresentação de alguns conceitos são fundamentais à sua compreensão.

Abordando os diferentes significados do termo Responsabilidade Social, Oliveira (1984) refere-se a responsabilidade legal ou obrigação social; ao comportamento socialmente responsável em que se observa a ética, e ainda às contribuições de caridade que a empresa deve fazer. Segundo o autor, responsabilidade social pode também significar, exclusivamente, a responsabilidade de pagar bem aos empregados e dar-lhes bom tratamento. Na opinião de Oliveira (1984) entre os estudiosos do assunto reina alguma dificuldade quanto à definição do termo, uma vez que existem os que se manifestam a favor de comportamentos socialmente responsáveis por parte das empresas, mas também são muitos os que discordam de tais atitudes. Enfatizando a importância de conceber uma definição para o termo, Oliveira (1984) apresenta uma conceituação baseada na tentativa de aproximar os aspectos favoráveis e não-favoráveis dos diferentes autores à responsabilidade social. Assim sendo, ele define responsabilidade social como “a capacidade de a empresa colaborar com a sociedade, considerando seus valores, normas e expectativas para o alcance de seus objetivos” Mas alerta que o simples cumprimento das obrigações legais, não é considerado (no seu estudo) como comportamento socialmente responsável, e sim como obrigação social. (Oliveira, 1984, p.205).

No elenco de definições de responsabilidade social das empresas, Reis (2007) também se refere a outras terminologias - como o conceito de cidadania empresarial - que vão além do cumprimento da função econômica da empresa, ao assumirem compromissos éticos que contribuem para a

melhoria da qualidade de vida da comunidade, e também desenvolvem métodos de gestão socialmente responsáveis e capazes de atender a diferentes anseios, não só das comunidades, mas de toda a sociedade.

Ainda com o foco na Responsabilidade Social Corporativa, foi consultado o estudo de Vieira e Faria (2007) que teve o intuito de verificar se as maiores empresas por faturamento no segmento de alimentos e bebidas da economia brasileira evidenciam, de maneira adequada, informações de responsabilidade social. Mais especificamente as autoras propuseram-se: a) Identificar as normas contábeis nacionais e internacionais aplicáveis à identificação, mensuração e informação de eventos econômicos de natureza social nas empresas; e b) Caracterizar as informações de responsabilidade social evidenciadas pelas maiores empresas do segmento de alimentos e bebidas. Para tanto, foram selecionadas as 14 maiores empresas por faturamento no segmento de alimentos e bebidas da economia brasileira, que publicaram suas demonstrações contábeis no ano de 2005. O resultado do estudo evidenciou que cinco empresas apresentaram conceito péssimo; quatro apresentaram conceito ótimo, e outras se apresentaram de forma boa ou regular. As autoras concluíram que, “apesar da escassez de normas sobre responsabilidade social, mesmo que não evidenciando com clareza, as empresas preocupam-se com a questão social” (Vieira e Faria, 2007, p. 49).

Os dados obtidos no estudo de Vieira e Faria (2007), são significativos e pertinentes a este trabalho, pois, dentre outros fatores importantes, identificam as organizações e as informações disponibilizadas. Assim sendo, passamos a reproduzir os que mais diretamente se relacionam com a temática aqui abordada.

O Quadro 1 evidencia o enfoque dado às informações de caráter social, em diversos países.

País	Balanco Social – Enfoque
Estados Unidos	Ênfase para os consumidores/clientes e a sociedade em geral; qualidade dos produtos, controle da população, contribuição da empresa às obrasculturais. Benefícios à coletividade.
Holanda	Enfoque para as informações sobre as condições de trabalho.
Suécia	Ênfase nas informações de trabalho e aos empregados.
Alemanha	Enfoque nas condições de trabalho e nos aspectos ambientais
Inglaterra	Forte discussão sobre responsabilidade social e grandes pressões para a divulgação mais ampla de relatórios sociais.
França	Enfoque para as informações aos empregados; nível de emprego, remuneração, condições de trabalho e formação profissional.

**Quadro 1 – Enfoque de alguns países sobre Balanco Social**

Fonte: Vieira e Faria, 2007, p.56

O Quadro 2 apresenta as empresas selecionadas para terem suas demonstrações contábeis do exercício de 2005 analisadas e interpretadas

Alimentos	Bebidas
Garoto	Norsa
Nestlé	Schincariol
Sadia	Vonpar
Moinhos Cruzeiro do Sul	Arosuco
Marftig	
Bunge Alimentos	
Cargill	
Cosan	
Perdigão	
Itambé	

**Quadro 2 – Empresas selecionadas para a pesquisa**

Fonte: Vieira e Faria, 2007, p.57

O Quadro 3 apresenta o *checklist* desenvolvido pelas autoras com o objetivo de atribuir um conceito às empresas que evidenciaram as informações.

(NOME DA EMPRESA) A empresa...	RESPOSTAS	
	SIM	NÃO
1)...publica alguma demonstração em que constam informações de natureza social e ambiental?		
2)...publica o Balanço Social ou DVA?		
3)...a evidenciação da riqueza gerada e distribuída está em conformidade com a Demonstração de Valor Adicionado?		
4)...evidencia, nos demonstrativos contábeis, dados referentes à remuneração, benefícios concedidos, composição do corpo funcional, contingências e passivos trabalhistas da entidade?		
5)...evidencia nos demonstrativos contábeis dados relativos à interação da entidade com o ambiente externo, relacionamento com a comunidade, clientes, fornecedores e incentivos decorrentes dessa interação?		
6)...utiliza nas informações relativas aos fornecedores, critérios de responsabilidade social para a sua seleção?		
7)...evidencia a remuneração bruta segregada po empregados, administradores, terceirizados e autônomos?		
8)...evidencia gastos com previdência privada?		
9)...evidencia gastos com cultura?		
10)...evidencia participação nos resultados?		
11)...evidencia informações relativas às ações trabalhistas?		
12)...evidencia o valor de indenizações e multas pagas por determinação da justiça aos empregados?		
13)...evidencia informações relativas à interação com a comunidade?		
14)...evidencia investimentos em educação?		
15)...evidencia o número de reclamações recebidas por meio dos órgãos de		

proteção ao consumidor?		
16)...evidencia as informações relativas à interação com os clientes, ações empreendidas pela entidade, para sanar ou minimizar as causas de reclamações?		
<b>Total por Resposta</b>		
<b>Percentual de Respostas "Sim"</b>		
<b>Conceito das Demonstrações</b>		

**Quadro III – Checklist para atribuição de conceitos às empresas**

Fonte: Vieira e Faria, 2007, p.58

O Quadro 4 apresenta a classificação das empresas selecionadas a partir dos respectivos conceitos atribuídos às demonstrações contábeis..

Percentual de Respostas "SIM"	Classificação das Demonstrações
1% até 20%	Péssimo
21% até 40%	Ruim
41% até 60%	Regular
61% até 80%	Bom
81% até 99%	Ótimo
100%	Excelente

**Quadro 4 - Conceito para classificação das demonstrações**

Fonte: Vieira e Faria, 2007, p.58

Numa perspectiva mais ampla, de acordo com o estudo de Reis (2007) a responsabilidade das empresas pode ser considerada um compromisso em relação à sociedade e à humanidade em geral, significando, assim, um tipo de prestação de contas do seu desempenho. O autor assinala que, sob "esse prisma, as empresas consomem recursos da sociedade, renováveis ou não, mas que são patrimônio gratuito e coletivo da humanidade; (...) sendo seu compromisso restituir à sociedade o que dela é absorvido, por meio de investimentos na área social e no meio ambiente" (Reis, 2007, p.3)

No elenco de definições de responsabilidade social das empresas, Reis (2007) também se refere a outras terminologias como o conceito de cidadania empresarial, que vão além do cumprimento da função econômica da empresa ao assumirem compromissos éticos que contribuam para a melhoria da qualidade de vida da comunidade, e também desenvolvendo métodos de gestão socialmente responsáveis e capazes de atender a diferentes anseios, não só das comunidades, mas de toda a sociedade.

O estudo de Reis apresenta dados bastante interessantes e significativos, os quais passamos a reproduzir: O quadro 1 contempla as diferentes concepções de responsabilidade social no âmbito das empresas brasileiras.

**Quadro 1: Sistematização das diferentes concepções de RS nas empresas do Brasil**

Responsabilidade social das empresas no Brasil	
Ação social	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atividades de assistência social, desde pequenas doações eventuais até grandes projetos estruturados (disponível em: &lt;<a href="http://www.ipea.gov.br">http://www.ipea.gov.br</a>&gt;).</li> </ul>
Investimento social privado	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O uso planejado, monitorado e voluntário de recursos privados em projetos sociais de interesse público (GIFE, 2002).</li> </ul>
Filantropia empresarial	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Doação de recursos privados utilizados para atendimento de fins públicos (Melo Rico, 1998).</li> </ul>
Governança corporativa	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aperfeiçoamento da gestão organizacional para padrões socialmente responsáveis, a fim de que sejam sustentáveis no longo prazo (Soutello Alves, 2001).</li> </ul>
Responsabilidade social das empresas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Responsabilidade direta e condições de abordar os vários problemas que afetam a sociedade (Tomei, 1984).</li> <li>• Preocupação em aliar o desenvolvimento econômico ao desenvolvimento de qualidade de vida (Guimarães, 1984).</li> <li>• Forma de conduzir os negócios que torna a empresa co-responsável pelo desenvolvimento social e pela capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes, conseguindo incorporá-los no planejamento de suas atividades (disponível em: &lt;<a href="http://www.ethos.org.br">http://www.ethos.org.br</a>&gt;).</li> </ul>

Fonte: Sistematização do autor.

Fonte: Reis ( 2007, p.9).

A Tabela 2 indica o caráter assistencialista e compensatório na ação social das empresas.

**Tabela 2: Distribuição das ações sociais para a comunidade segundo algumas regiões do Brasil, 1999-2001**

Especificação	Região Sudeste	Região Sul	Região Nordeste
Assistência social	57	66	50
Alimentação e abastecimento	39	54	36
Educação e analfabetismo	14	48	13
Qualificação profissional	1	1	7

Fonte dos dados brutos: Pesquisa Ação Social do IPEA. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/asocial>>.

Fonte: Reis ( 2007, p.9).

As Tabelas 3 e 4 possibilitam uma melhor compreensão do caráter filantrópico da ação social nas empresas brasileiras.

**Tabela 3: Responsabilidade pela realização da ação social em algumas regiões do Brasil, 1999-2001**

Especificação	Região Sudeste	Região Sul	Região Nordeste
Dono da empresa	71	73	82
Área de RH	1	14	12

Fonte dos dados brutos: Pesquisa Ação Social do IPEA. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/asocial>>.

Fonte: Reis ( 2007, p.3).

**Tabela 4: Motivos que levaram as empresas a realizarem ação social nas comunidades, em algumas regiões do Brasil, 1999-2001**

Motivos	(%) Região Sudeste	(%) Região Sul	(%) Região Nordeste
Motivos humanitários	81	65	79
Complementar ação do Governo	13	15	2
Melhorar a imagem da empresa	15	43	64
Aumentar a satisfação dos empregados	–	45	24
Aumentar a produtividade e melhorar a qualidade do trabalho	–	44	14

Fonte dos dados brutos: Pesquisa Ação Social do IPEA. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/asocial>>.

Fonte: Reis ( 2007, p. 11 - 12).

A Tabela 5 revela que existe um significativo percentual de empresas que não realizam ação social, seja para os empregados, seja para a comunidade.

**Tabela 5: Distribuição da ação social das empresas entre os empregados e a comunidade, em algumas regiões do Brasil, 1999-2001**

Especificação	(%) Região Sudeste	(%) Região Sul	(%) Região Nordeste
Empregados e comunidade	45	40	52
Somente os empregados	17	20	26
Somente a comunidade	22	6	3
Não realizam ação social	16	34	19

Fonte dos dados brutos: Pesquisa Ação Social do IPEA. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/asocial>>.

Fonte: Reis ( 2007, p.13).

## REFLEXÕES A PARTIR DA TEORIA DAS DELIMITAÇÕES SOCIAIS (GUERREIRO RAMOS, 1989)

Essas reflexões foram baseadas na teoria das delimitações sociais de (GUERREIRO RAMOS, 1989) que foi concebida dentro dos pressupostos de que o modelo atualmente predominante de análise e planejamento dos sistemas sociais é unidimensional porque considera o mercado como a principal categoria para a ordenação das relações sociais e pessoais.

Para se contrapor ao paradigma mercadológico, (GUERREIRO RAMOS, 1989) sugere um modelo multidimensional que reflete o que ele denomina de “paradigma paraeconômico”, que apresenta as seguintes características: a) Orientação individual e comunitária, onde o mundo social há lugares para a atualização individual sem imposições e que pode ocorrer tanto em ambientes exclusivos quanto em comunidades de dimensões regulares. b) Prescrição contra a ausência de normas - embora contraponha-se à a afirmação de que numa sociedade super organizada o indivíduo perde a identidade pessoal na medida em que é induzido a introjetar uma determinada identidade exigida pelos papéis que se espera que ele desempenhe, esta característica não elimina totalmente essas prescrições, mas sim considera que elas devem ser estabelecidas mediante o pleno consentimento dos indivíduos interessados. c) Categorias limitadoras: Anomia e Motim, Economia, Isonomia, Fenonomia, O isolado. Cada uma destas categorias estão representadas no paradigma paraeconômico referido por Ramos (1989, p. 146).

Tendo em vista o foco deste trabalho, corrobora-se o pensamento de (GUERREIRO RAMOS, 1989) sobre as principais abordagens em relação à dimensão espaço:

Nos últimos 2 séculos o sistema de mercado passou cada vez mais a ocupar os espaços reservados aos sistemas sociais, constituindo-se na força impulsionadora da vida pessoal e comunitária;

A arquitetura das cidades atende às exigências do mercado haja vista que a revolução industrial obrigou populações a se mudarem de amplas residências e chalés para apartamentos exíguos, edifícios e guetos perto de centros urbanos. Ramos afirma que “nesse processo, as pessoas perderam tempo, dinheiro e seu relacionamento direto com os verdadeiros contextos naturais e que a deterioração das condições da vida comunitária do povo tem sido uma consequência normal da expansão do mercado” (Ramos, 1989p. 162). O autor ainda cita alguns exemplos ilustradores dessa deterioração: as famílias pequenas reduziram e descontinuaram o contato entre a nova e a velha geração, “em função do encolhimento do espaço, espera-se que avós e netos vivam separadamente, fatos que em si mesmo produz profundos efeitos sobre a vida comunitária” (p. 162)

“ o ... espaço de que os ingleses dispunham, quando surgiu a indústria (está) perdido. Ingleses e americanos pagam por isso todos os dias. No entanto, em todo lugar em que um jardim público é inaugurado, o fato é envergonhadamente saudado como um triunfo de um bom governo ou da filantropia e, de qualquer forma, do progresso. A recuperação parcial do espaço perdido passa a constituir um progresso” (Ramos, 1989 p. 162, apud de Grazia, 1964, p.328-9)

(GUERREIRO RAMOS, 1989) cita textos de autores (Goethe, Herman Hesse, Axel Munthe, Carl Jung) que enfatizaram a importância atribuída ao espaço em que viveram, porque, em certa medida, ele afeta e molda a vida das pessoas. Ele complementa: “Não se precisa, porém, ser tão hábil e tão ricamente prendado como esses homens, para perceber que os espaços em que nos é dado viver podem nutrir ou dificultar nosso desenvolvimento psíquico, em nossa singularidade como pessoas (Ramos, 1989, p.163)

Com base em pensamentos de autores da área, ele tece várias e interessantes considerações críticas sobre o planejamento urbano nos Estados Unidos, culminando com as seguintes observações: O tratamento adequado do espaço é um dos meios de estimular a atmosfera adequada a fins específicos e por isso, termos como solidão, privacidade, reserva, intimidade, anonimidade, território pessoal, órbita individual e outros são pontos a levar em conta, na definição do espaço dos sistemas sociais (...) o projeto de ambientes deve incorporar as contribuições que a Antropologia e a Psicologia tem a oferecer. (...) espaços sócio-aproximadores devem prevalecer sobre os sócios afastadores, da mesma forma que em cenários projetados para ressocializar indivíduos anômicos. Por outro lado, “em razão da natureza de suas atividades, as economias são sistemas em que os espaços sócio-afastadores devem prevalecer mas embora com alcance limitado, os espaços sócio-aproximadores sejam também funcionalmente necessários em tais cenários” (Ramos, 1989, p.167).

## REFERÊNCIAS

- ARENDRT, Hanna. **A condição humana**, Rio de Janeiro, Ed.Forense Universitária, 1999
- BOISIER, Sérgio. **El desarrollo em sul lugar**. Série Geolibros. Inst, de Geografia. Cidade: Pontificia Universidad Catolica di Chile, 2003
- ..... **Desarrollo (Local): De que estamos hablando?** In: Transformaciones globales, instituciones y políticas de desarrollo local. Rosário: Editoria Homo Sapiens, 2001
- BUARQUE, Cristovam. **A revolução na esquerda e a inovação no Brasil**, Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1992.
- CHANLAT, Jean-François. **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**, São Paulo, Atlas, 1996
- GUATTARRI, Félix. **Caosmose – um novo paradigma estético**. São Paulo, Editora 34 Ltda., 1998
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. **A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações**. 2 ed. Rio de Janeiro, FGV, 1989.
- MAX NEEF, Manfred A. **Desenvolvimento à Escala Humana: concepção, aplicação e reflexões posteriores; com contribuição de Antonio Elizaldi e Martin Hopenhayn**; tradução Rede Viva. – Blumenau: Edifurb, 2012.
- PETER, José Schweizer, PIZZA JUNIOR, Wilson. **Casa, moradia, habitação**. Revista de Administração Pública, Vol. 31, No 5, 1997
- PERTILE, N. **Espaço, técnica e tempo em Chapecó -SC**. In: SCHEIBE, L. F. & DORFMAN, A. (org) Ensaios a partir de “A Natureza do Espaço”. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007.
- VIEIRA, Marli Terezinha e FARIA, Ana Cristina de. **Aplicação da nbc t 15 por empresas dos segmentos de bebidas e alimentos: uma pesquisa documenta**. Revista Universo Contábil, ISSN 1809-3337, Blumenau, v. 3, n. 1, p. 49-69, jan./abr. 2007.
- REIS, Carlos Nelson dos. **A responsabilidade social das empresas: o contexto brasileiro em face da ação consciente ou do modernismo do mercado?** Revista Economia Contemporânea. vol.11 no.2 Rio de Janeiro, Mai/Ago. 2007
- OLIVEIRA, J. A. Responsabilidade social em pequenas e médias empresas. Revista de Administração de Empresas, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 24, n. 4, p. 203-210, out./dez. /1984